

# PERTENÇA IDENTITÁRIA NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA EM PORTUGAL E NO BRASIL NO SÉCULO XIX

---

**Patrícia Silvestre Leite Di Iório\***  
**Sônia Maria Nogueira\*\***

**Resumo:** Este trabalho busca analisar a importância da instauração de gramáticas práticas para o ensino de Língua Portuguesa na segunda metade do século XIX, momento em que se veem mudanças no mundo e no Brasil que são transformadoras da sociedade brasileira. Toma-se como *corpora*: *Grammatica Portugueza Elementar* (DIAS, 1884) e *Grammatica Portugueza, acomodada aos principios geraes da palavra seguidos de immediata applicação pratica* (REIS, 1866). Objetiva-se verificar se há um movimento de pertença identitária entre a educação portuguesa e a brasileira.

**Palavras-chave:** Identidade. Gramática. Ensino.

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

■ O século XIX é um período de grandes transformações no Brasil. A mudança da corte para o Rio de Janeiro, a criação da imprensa no Brasil, a fundação da Biblioteca Nacional, posteriormente a Independência e a Proclamação da República são exemplos de fatos que transformaram profundamente a sociedade brasileira. Entre esses fatos destacam-se, em 1826, a proposição do deputado José Clemente para a redação de diplomas em “língua-gem brasileira” e as discussões sobre a necessidade de se utilizar uma gramática da língua nacional para o ensino das primeiras letras.

Para Guimarães (2005), esse é um momento importante em que a língua oficial do Estado, herança do colonizador, transforma-se também na língua nacional. Esse sentimento de nacionalidade da língua advém inclusive do seu distanciamento da língua de Portugal, tais como nos textos de José de Alencar. Assim,

---

\* Universidade Cruzeiro do Sul (Unicsul) – São Paulo – SP – Brasil. *E-mail*: patsilvestre@uol.com.br

\*\* Universidade Estadual do Maranhão (Uema) – Imperatriz – MA – Brasil. *E-mail*: ssonianogueira@gmail.com

“essas questões tomam espaços importantes tanto na literatura quanto na constituição de um conhecimento brasileiro sobre o português no Brasil” (GUIMARÃES, 2005, p. 25).

Considerando-se apenas as questões pedagógicas, de acordo com Faccina (2006), os governantes não davam importância ao ensino, o que pode ser observado ao analisar a instituição à qual estava ligado: Ministério da Instrução, Correios e Telégrafos. Segundo a autora, faltava organização curricular, não havia métodos estabelecidos e a única meta eram os exames finais.

É preciso, ainda, assinalar que não havia, antes de 1871, o cargo de professor de Português, que foi criado por Decreto Imperial apenas em 23 de agosto desse ano. Também é necessário ressaltar que não havia cursos de formação para professores, assim eram leigos em questões pedagógicas e linguísticas que ministravam a disciplina (na verdade Retórica e Gramática).

Somente depois da Proclamação da República os estudos pedagógicos e linguístico-gramaticais, partindo-se do princípio que o ensino, nesse momento, estava atrelado às gramaticais por serem elas o material efetivamente utilizado em salas de aula, passaram realmente a ser brasileiros.

São exemplos desse momento nacionalista (pré e pós-Proclamação) a ascensão do Português à disciplina curricular na escola secundária e a elaboração de gramáticas da língua portuguesa por gramáticos como Júlio Ribeiro (1881) e Pacheco Silva e Lameira de Andrade (1887), que buscaram a construção de uma identidade linguístico-gramatical brasileira em seus trabalhos.

A situação de Portugal não era muito superior à brasileira, pois havia, nesse momento, um sentimento de atraso, em termos globais, de Portugal, comparado com os outros países da Europa. Essa perspectiva advém, principalmente, de um movimento literário chamado “Questão Coimbrã”, que, rapidamente, foi transferido para outras áreas, especialmente, o regime monárquico-constitucional.

Em relação à educação, reconhece-se a necessidade de multiplicação das escolas, de regularização nos pagamentos das escolas e de seleção de bons professores. Assim, segundo Alves (2011, p. 59):

*Este sentido de mudança era corroborado pelas diferentes gerações de intelectuais que associavam a necessidade de qualificação educativa e profissional da população portuguesa ao progresso que o País parecia apostado em trilhar, uma vez adquirida a ambicionada estabilidade política em 1851. Multiplicam-se as opiniões na segunda metade de oitocentos que insistem na relação riqueza-instrução. Em 1881, José Maria da Ponte Horta afirma que “[...] só pela instrução do povo e para o povo as nações logram adquirir com a sua independência, a riqueza e a liberdade. [...] O verdadeiro progresso da indústria encontra principalmente na instrução técnica do obreiro o seu cooperador mais poderoso e eficaz. Na complexa trama do trabalho industrial de um povo as facilidades econômicas podem ser muito, mas o saber é tudo. É porque a instrução vale só por si um progresso virtual em qualquer ordem de empreendimentos [...]”.*

Ressalta-se que os dois países, embora muito díspares em relação ao seu contexto político e educacional, estão em momentos semelhantes em relação à necessidade de estabelecer uma política linguística, segundo Calvet (2007), uma determinação do Estado para o povo. Ainda que timidamente, dado o momento histórico, essas políticas linguísticas começam a aparecer, entre outros, sob a forma de leis específicas como a oficialização da língua nacional, da criação do

cargo de professor e da promoção da língua portuguesa em cada país. Neste trabalho, serão consideradas as questões da língua relacionadas ao instrumento tecnológico-linguístico gramática destinada à prática, assim como propõem Bastos e Casagrande (2010).

Este trabalho situa-se no momento posterior à Independência e anterior à Proclamação da República brasileira, tomando como *corpora*: a *Grammatica Portuguesa Elementar*, do português A. Epiphanyo da Silva Dias, publicada em 1876, e a *Grammatica Portuguesa, acomodada aos princípios geraes da palavra seguidos de immediata applicação pratica*, do brasileiro Francisco Sotero dos Reis, publicada em 1866. Objetiva-se traçar um paralelo entre as obras produzidas para Portugal e Brasil para verificar se há um movimento de pertença identitária entre a educação portuguesa e a brasileira.

Para a realização do trabalho, busca-se, por meio dos procedimentos da Historiografia Linguística, descrever como foi produzido e desenvolvido um conhecimento linguístico, bem como esclarecer a sua relação com um determinado contexto social e cultural (SWIGGERS, 1990). Para tanto, serão seguidos os princípios propostos por Konrad Köerner (1996): *contextualização*, *imanência* e *adequação*. Para a análise dos documentos, busca-se verificar se os *corpora*, especificamente nos prefácios (ou similares) e nos modelos de análise apresentados, indicam compasso ou descompasso, desvelando, assim, o percurso historiográfico do ensino da língua materna, em Portugal e no Brasil, no período investigado. Convém esclarecer que a adequação não será privilegiada neste trabalho.

Na primeira parte, serão apresentados os autores e as obras estudadas, seguidas da análise dos prefácios e dos modelos de análises apresentados pelos autores. Na terceira parte do trabalho, serão discutidas as desigualdades das obras analisadas.

## **A GRAMÁTICA PORTUGUESA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX**

Para a compreensão dos movimentos da Educação Portuguesa e Brasileira, relativos ao ensino de língua materna na segunda metade do século XIX, destaca-se que as obras *Grammatica Portuguesa Elementar* e *Grammatica Portuguesa, acomodada aos princípios geraes da palavra seguidos de immediata applicação pratica* são materiais aprovados e adotados em Portugal e no Brasil, respectivamente. Ainda, acredita-se que esses materiais se apresentam fortemente condicionados pelas mudanças socioeconômicas, políticas e culturais, de acordo com os valores que explícita ou implicitamente veiculam. Assim, espera-se que os documentos forneçam uma visão do ensino de Língua Portuguesa no período.

De acordo com Vidigal (1994), nas gramáticas e em outros materiais destinados ao ensino, estão refletidas as ideias linguísticas dominantes de cada época, relativas às modalidades da aprendizagem e ao tipo de saberes e de comportamentos que se deseja promover. Além disso, as obras também são importantes, pois não se limitam às décadas finais do século XIX, mas atravessam os séculos e, ainda, ecoam no início do século XXI em outros materiais e/ou estudos pedago-gíngicos, dada a sua grande repercussão no processo de ensino da língua portuguesa.

A obra *Grammatica Portuguesa Elementar*, do português Augusto Epiphanyo da Silva Dias, foi publicada em Portugal, em 1876, mas a edição analisada é a

sexta, revista, datada de 1884, da editora Livraria Escolar de A. Ferreira Machado & C.<sup>a</sup>, que contém 151 páginas. Convém destacar que o autor substituiu o título dessa obra a partir da quarta edição, pois, anteriormente, se intitulava *Grammatica portugueza para uso das aulas de instrucção primaria*.

Augusto Epiphânio da Silva Dias (1841-1916) é um autor de muito destaque no período de publicação das gramáticas analisadas, por ser um consagrado filólogo sintaticista e também por ter renovado a didática das línguas clássicas e do português.

Epiphânio Dias foi professor de liceus em Santarém (1864-1867), Porto (1867-1881) e Lisboa (a partir de 1881). Por ser professor, preocupava-se com as questões metodológicas, assim, publicou várias obras dedicadas ao ensino, tais como *Grammatica practica da lingua portugueza para uso dos alumnos do primeiro anno do curso dos lyceus*, Porto, 1870; *Grammatica portugueza para uso das aulas de instrucção primaria*, Porto, 1876; e *Sintaxe histórica portuguesa*, Lisboa, 1918.

Em debate público contra Adolfo Coelho, teve suas ideias reconhecidas e foi convidado a empreender uma reforma no ensino secundário (1894-95) pela qual eliminou o Grego do currículo dos liceus.

Do mesmo período, a obra *Grammatica Portugueza, accomodada aos principios geraes da palavra seguidos de immediata applicação pratica*, do brasileiro Francisco Sotero dos Reis, foi publicada em 1866, pela Typ. de B. de Mattos e contém 274 páginas.

Francisco Sotero dos Reis (1800-1871) foi professor, filólogo, latinista, jornalista, tradutor e poeta. Esse autor começou sua carreira docente com a regência de classes mais atrasadas ou substituindo o Frei Caetano de Vilhena Ribeiro, no Convento de Nossa Senhora do Carmo, em São Luís, no Maranhão. O objetivo do jovem Sotero dos Reis era cursar Medicina na França, mas a morte de seu pai o levou a outro caminho: o magistério, ofício ao qual se dedicou por 43 anos.

O autor é considerado um importante estudioso das questões gramaticais e, em relação às obras didáticas, tem também *Postillas de Grammatica Geral, applicada á lingua portugueza pela analyse dos classicos, ou guia para a construcção portugueza*, São Luís, 1862; *Curso de Litteratura Portugueza e Brasileira*, São Luís, 1866, entre outras.

## O FAZER PEDAGÓGICO: PREFÁCIOS E MODELOS DE ANÁLISE

Considera-se que os prefácios são locais privilegiados de estabelecimento das bases teóricas, da intencionalidade. Assim, observam-se, no prefácio da *Grammatica Portugueza Elementar*, de Dias (1884), influências das numerosas descobertas científicas e de técnicas do século XIX, tais como do entomólogo alemão Carl Plöts, do tradutor e artista Jacob Eduardo Von Hafe e do dinamarquês Nicolai Madvig, professor, estudioso e gramático de língua latina e literatura.

Dando continuidade, identificam-se traços de modéstia na afirmação que a “este fim principalmente redigimos o livrinho que ora damos à estampa”, além do enaltecimento do ineditismo da fundamentação teórica da obra e do programa. Destaca-se que o autor manifesta-se, criticamente, em relação aos programas oficiais que ditavam todo o ensino, afirmando que este não poderia ser pautado, apenas, com vistas aos exames de admissão aos liceus.

Essa questão discutida por Dias também se apresentou em terras brasileiras até 1971, quando os exames admissionais deixaram de existir no Brasil. Segun-

do Iório, Nogueira e Almeida (2012, p. 102), esses exames foram responsáveis pelo privilégio aos estudos gramaticais e eram instrumentos de discriminação das classes com menor poder aquisitivo, pois “os manuais preparatórios para os exames admissionais continuavam a expressar o tipo de aluno ‘modelo’ que se eles desejam, ou que foram instruídos a desejar, como capazes de cursar o ginásio em uma escola pública de prestígio”.

Apesar da crítica aos programas oficiais, Dias (1884) não deixa de inserir todos os fundamentos teóricos considerados por ele indispensáveis aos exames de admissão. O autor tem, com isso, a pretensão de superar seus contemporâneos e, para tanto, revela que está, constantemente, atento às leis educacionais, uma vez que “tocámos, embora basta vez mui de leve, todas as doutrinas que, em nossa opinião, deverião ser exigidas nos exames de instrucção primaria” (DIAS, 1884, p. 5).

Nessa linha de pensamento, acrescenta que “ha certos factos grammaticaes, de cujo conhecimento não devem por modo algum ficar privados aquelles que não passão da escola primaria”, e apresenta a justificativa de que “o nosso intento é que o livro aproveite o maior numero e não seja exclusivamente para os que se propõem frequentar as aulas de instrucção secundaria” (DIAS, 1884, p. 5). Essas proposições corroboram para um painel similar de discriminação das classes menos favorecidas e com um ensino para poucos, tanto em terras brasileiras como em terras lusitanas. Assim, ao destacar a completude e a eficiência de sua obra, ele apresenta o retrato elitista da política linguística lusitana daquele momento.

O autor informa a seus leitores, referindo-se aos conteúdos gramaticais, suas pretensões de desenvolvê-los em outra obra, inteiramente aprofundada:

*O mais que neste logar pudermos dizer, guardamo-lo para o prologo da segunda edição, inteiramente refundida, da nossa grammatica prática da lingoa portugueza para uso dos alumnos do curso de portuguez dos lyceos, na qual, seguindo exactamente o risco do presente livrinho, desenvolveremos os pontos que vão agora tratados summariamente* (DIAS, 1884, p. 5-6).

Logo após esse prefácio, há uma *Advertencia da quarta edição*, de 1881, na qual elucida os motivos que o levaram a substituir o título da obra:

*Esta obra, que vê agora a luz publica em quarta impressão, intitulava-se nas tres primeiras edições Grammatica portugueza para uso das aulas de instrucção primaria; como porém o nosso livrinho sirva cabalmente para o actual curso de portuguez dos lyceos, olhando a que outro podia ser porventura o juízo das pessoas que só pelo titulo conhecessem o nosso trabalho, pareceu-nos conveniente substituir nesta edição o titulo primitivo pelo de Grammatica portugueza elementar* (DIAS, 1884, p. 6).

A prudência na justificativa da mudança do nome da obra garante a Dias uma imagem positiva de si e da obra, e garante a sua aceitação comercial. Para isso, utiliza-se de recursos como o uso do diminutivo “livrinho” para se referir à obra em contraste com a afirmação de sua aderência ao programa dos liceus: “sirva cabalmente para o actual curso de portuguez dos lyceos” (DIAS, 1884, p. 6).

Em relação aos conceitos de gramática expostos nas considerações *Preliminares*, Dias (1884, p. 7) indica que “Grammatica prática de uma lingoa é o tra-

tado das leis que se observão, quando se fala ou escreve essa lingua” e “Grammatica prática portugueza é, pois, o tratado das leis que se observão, quando se fala ou escreve a lingua portugueza”. Vê-se, nessas afirmações, a inclusão da prática aos conceitos tradicionais de gramática, especialmente aqueles voltados para a descrição do uso da língua.

Nesse sentido, ressalta-se que essa obra de Dias (1884, p. 140) apresenta muitos aspectos em que se nota a preocupação do autor não só com a prescrição de regras, mas também com a descrição do “uso” da língua, a exemplo do uso de *ex* “quando entra no principio de uma palavra, v.g. *exame*, ou do segundo elemento de um composto, v.g. *inexperencia*, pronuncia-se *eis* (pronunciar *is* só tem desculpa na negligencia da pratica familiar)”. Tal aspecto é bastante elucidativo para o (re)conhecimento do contexto de produção da obra, visto tratar-se de um momento em que o rompimento entre Brasil e Portugal leva à necessidade política de fortalecimento da língua portuguesa, tal como aconteceu no momento da colonização no século XVI, e pode ser visto, por exemplo, em uma das primeiras gramáticas de língua portuguesa, a de João de Barros (1540), que afirma que a gramática é um modo certo e justo de falar e escrever, de acordo com o uso estabelecido pelos chamados “barões doutos”, aqueles que representam o ápice da expressão linguística em língua portuguesa.

Assim, em relação à questão de identidade ou nacionalidade, nota-se, na obra de Dias (1884, p. 8,10), a preocupação de que a pronúncia das palavras seja, exatamente, como a da capital. O autor utiliza asterisco (\*) para destacar as palavras “*concelho* (\*), *empenho* (\*)”, assim como para “*bem* (que se lê como se estivesse *bẽi*) (\*)” e esclarece em nota de rodapé: “(\*) Segundo a pronuncia da capital”.

Dando continuidade à observação dos prefácios, destaca-se que, em sua *Grammatica Portugueza*, Sotero dos Reis (1866, p. V) prefere o termo prolegômenos, parte em que insere, inicialmente, o conceito de gramática: “A *Grammatica Geral* é a sciencia dos principios immutaveis e geraes da palavra pronunciada ou escripta em todas as linguas”, acrescentando que “A *Grammatica particular* é a arte de aplicar aos principios immutaveis e geraes da palavra as instituições arbitrarías e usuaes de qualquer lingua”. A fim de justificar essas definições, cita como influência teórica o gramático e filósofo francês César Chesneau Du Marsais, autor de *Principes de grammaire, Le Philosophe e Traité des tropes ou des différents sens dans lesquels on peut prendre un même mot dans ne même langue*. Constata-se que tais definições, em que a gramática geral é comum a todos os homens e a particular é própria de cada povo, coadunam com os pensamentos dos gramáticos de Port-Royal do século XVIII e estabelecem relações teóricas entre o gramático brasileiro e o modelo filosófico de gramática, porém em associação aos princípios franceses e não ao modelo português, tal como o do importante gramático português Jerônimo Soares Barbosa.

Ratificando a filiação ao modelo racionalista francês, Sotero dos Reis, nos *Prolegomenos*, destaca Louis Destutt de Tracy, autor da *Grammaire*, de 1803, que adota um método analítico pela elaboração de um plano razoado. Por esse plano, denominado análise lógica, parte-se da decomposição de elementos mais complexos da linguagem para os mais simples.

Relacionando a *Grammatica Portugueza*, de Reis (1866, p. 188, 271), ao seu contexto de produção em que a identidade nacional precisava ser reforçada, identifica-se na obra a inserção de exemplos com termos próprios do Brasil, ao

tratar de acentos ortográficos, tais como “cipó” e “condurú” em “O acento agudo que recae sobre a vogal aberta, representa o acento prosódico em que se alça fortemente a voz sobre a syllaba accentuada, como se vê em, *Amáramos, sé, verti, cipó, condurú*”. Ainda, reforça o sentimento de independência ao destacar o Brasil como um império e o valoriza ao posicioná-lo como a segunda nação do continente americano: “O Brazil, *império mui vasto e rico*, é a todos os respeitos a segunda nação da America”.

Outro aspecto presente na gramática de Reis (1866) que avigora as questões nacionais, especialmente, e enfatiza a identidade brasileira é a utilização de autores nacionais, tal como o trecho da obra de Gonçalves Dias (apud REIS, 1866, p. 263):

*De tudo isto o que era para concluir-se, é que n'aquelle tempo erão rarissimos os mappas-mundi; e tanto que, tratando deles, Antonio Ribeiro dos Santos, citado pelo autor da memoria, aponta apenas dois, – um do infante D. Pedro, duque de Coimbra, e ouro do cartorio de Alcobaca, que veio ás mãos do infante D. Fernando, filho de D. Manoel.*

Outro fator que ressalta a preocupação do autor com uma gramática e uma língua brasileiras aparece em suas colocações sobre os métodos utilizados para o ensino da língua, pois procurou “simplificala o mais possivel na theoria, subordinando os usos especiaes da lingua só aos principios geraes da eterna verdade”, uma vez que “o methodo e a clareza não tem maior inimigo do que a multiplicidade das regras, que só serve de embaraçar o alumno sem explicar-lhe cousa alguma” (REIS, 1866, p. VII).

Nesse sentido, o gramático brasileiro enfatiza a relevância do entrelaçamento teoria e prática para a qualidade do ensino, uma vez que acompanhou “a theoria da pratica, dando logo immediata applicação aos principios invocados com exemplos que os comprovassem”, esclarecendo que, assim, “se arraigão elles melhor no espirito, que não pode duvidar de sua solidez” (REIS, 1866, p. VII). Justifica que trabalhou “por ser claro para poder ser comprehendido, porque sem clareza, qualidade essencial em tratados deste genero nunca conseguiria fazer com que o meu trabalho aproveitasse á mocidade estudiosa, que é o fim que levo em vista” (REIS, 1866, p. VII).

Para Dias e Reis, a prática é elemento fundamental do processo de aprendizagem da língua, portanto de seu (re)conhecimento e valorização. Convém lembrar que, até esse período, não havia cursos de formação para professores, a sua grande maioria era de leigos, principalmente em relação aos métodos de ensino. Dessa forma, qualquer auxílio metodológico presente nas gramáticas e antologias contribuía muito para o fazer docente.

Essas questões são importantes para compreender o valor dos modelos de análise apresentados nas gramáticas de Dias (1884) e Reis (1866). Destaca-se que esses modelos de análise serviam-se de frases exemplares para explicar a sua sintaxe. Assim, essas propostas serviam tanto ao modelo do “bem escrever”, como ao modelo do “bem ensinar”, que alunos e professores, respectivamente, tinham que imitar.

Cumprase ressaltar que a obra *Grammatica Portugueza Elementar*, de Dias (1884), possui uma organização de texto do sistema jurídico, formalizando-se em partes, seções, capítulos e parágrafos. Assim, o autor mostra-se mais preocupado com a regulação gramatical da língua portuguesa. É necessário explicar

que cada parágrafo apresentava conceitos que eram retomados ao longo da gramática para complementar as informações.

Segundo Clare (2003, p. 9), “no século XIX, o ensino de língua materna relacionava-se a uma tradição de teoria e análise com raízes na filosofia grega, em que a linguagem era considerada expressão do pensamento”. Assim, a preocupação didática de Dias (1884) aparece quando ele apresenta quatro modelos de análise, entre os quais um de período simples e três de períodos compostos. Nesses modelos, o autor utiliza uma frase exemplar para demonstrar como seria a forma correta de analisar as orações, portanto qual é o modelo de análise sintática que o professor e o aluno deveriam adotar. Exemplifica-se o de período simples:

### MODELOS DE ANALYSE SYNTACTICA

*I Os grandes rebanhos e manadas é que fazem as boas colheitas proporcionando as quantidades precisas de estrume para o adubo do solo.*

*Este periodo grammatical tem uma só oração. É que deve ser considerado simplesmente como um signal que serve de dar realce a os grandes rebanhos e manadas, sem fazer oração á parte (§248, b, obs.).*

*a) O sujeito é os rebanhos e manadas, sujeito composto de dois substantivos ligados pela conjunção copulativa e (§106, obs.).*

*Qualifica-o o adjectivo grandes (§109) empregado attributivamente (§179, 1).*

*b) O predicado é fazem, que está no plural e na terceira pessoa, por serem os sujeitos do plural e da terceira pessoa (§116, c, 1).*

*Fazem, como verbo transitivo, tem complemento directo (§120). É as colheitas, complemento ao qual se liga attributivamente o adjectivo boas.*

*Proporcionando é um participio, que, referido ao sujeito da oração, determina o verbo fazem, exprimindo o meio (§238, 1).*

*Este participio, que pertence a um verbo transitivo, tem por complemento objectivo as quantidades qualificado pelo attributivo precisas. Demais o substantivo quantidades traz um complemento (§109, meio) que designa o gênero da quantidade (§152, 1), e é de estrume. Este ultimo substantivo tambem traz um complemento que designa a destinação (§170, b.) e é para o adubo. Por sua vez o substantivo abstracto adubo é determinado pelo complemento do solo que designa o objecto da acção significada pelo substantivo adubo (§150) (DIAS, 1884, p. 145-146).*

É digno de nota que o autor não apresentava apenas modelos de análise que deveriam servir de modelo ao professor, mas apresentava didaticamente em quais parágrafos os conteúdos poderiam ser consultados, revisados, expandidos, inclusive em qual item ou parte do parágrafo isso poderia ser realizado, tal como em “Fazem, como verbo transitivo, tem complemento directo (§120)”, em que o parágrafo inteiro é indicado, ou em “Demais o substantivo *quantidades* traz um complemento (§109, meio) que designa o gênero da quantidade (§152, 1), e é *de estrume*” (DIAS, 1884, p. 145-146, grifo nosso).

Se o autor português privilegiava a norma, o autor brasileiro buscava a descrição. Dessa forma, a obra *Grammatica Portugueza, accomodada aos principios geraes da palavra seguidos de immediata applicação pratica*, de Francisco Sotero

dos Reis (1866), possui uma divisão em grandes temas, tais como *Syntaxe*, *Orthographia* e *Prosodia*, que são separados em subtemas, como *verbo regular*, *verbo irregular*, *verbo defectivo*.

A preocupação em descrever a língua, herança dos gramáticos portugueses do século XVI, pode ser vista, por exemplo, em:

“Veio o medico?”

“Veio aqui um medico?”

*No primeiro exemplo, o medico, está em sentido determinado; é o medico, por que se espera: no segundo, um medico, em sentido vago, e tanto que a pessoa a quem se dirige a pergunta, o não conhece.*

*Põe-se o artigo antes do nome adjectivo para substantival-o: o bello, um sábio (REIS, 1866, p. 20-21).*

Embora o autor privilegie a descrição, percebe-se também uma preocupação com o ensino; o próprio nome da obra marca esse caminho: *Grammatica portugueza accommodada aos principios geraes da palavra seguidos de immediata applicação pratica*. Essa inquietação pode ser percebida na obra de Reis quando ele apresenta cinco modelos de análise de períodos simples e seis modelos de análise de períodos compostos. Como exemplificação, inicia-se a exposição de um modelo de análise, no qual ao autor enfatiza o sujeito, verbo e atributo:

#### MODELOS DE ANALYSE.

##### I.

“A inclinação de Pedro ás armas é evidente.”

##### SUJEITO.

A inclinação (*sujeito grammatical*):

*De Pedro (complemento restrictivo do appellativo inclinaco, ligado a elle pela preposição de, da qual, a inclinação, é o termo antecedente, e, Pedro, o consequente): ás armas (complemento terminativo do mesmo appellativo, ligado a elle pela preposição a, combinada com o artigo, as, e da qual, a inclinação, é o termo antecedente, e, as armas, o consequente.)*

*A inclinação de Pedro ás armas (sujeito total; complexo, porque tem os complementos, de Pedro, e, ás armas.)*

##### VERBO.

*É (verbo substantivo, está na terceira pessoa do presente do indicativo; concorda com o sujeito grammatical, a inclinação: porque se accomoda pela forma á terceira pessoa e ao numero singular do sujeito.)*

##### ATRIBUTO.

*Evidente (attributo grammatical e total; simples, porque exprime uma só maneira de existir do sujeito; incompleto, porque não tem complementos; é um adjectivo que concorda em gênero e numero com o sujeito grammatical, a inclinação.)*

*N.B. Não entro em mais pormenores, porque o alumno já conhece todas as partes da oração (REIS, 1866, p. 190-191).*

O modelo apresentado pelo autor é profícuo, pois concilia a prática de análise sintática das orações a uma preocupação “científica” de classificação dos termos, dado o detalhamento atribuído a cada um dos elementos analisados “(verbo substantivo, está na terceira pessoa do presente do indicativo; concorda com o sujeito grammatical, a inclinação: porque se accomoda pela forma á terceira pessoa e ao numero singular do sujeito)” (REIS, 1866, p. 191).

Para o autor, a descrição da língua era essencial devido à necessidade de sustentação de uma gramática nacional. No entanto, o estabelecimento de relações com outros autores, gramáticas e modelos também era necessário para a sua inserção no movimento cientificista que as gramáticas desse período buscavam. Ainda talvez mais importante para a análise da gramática proposta por Reis (1866), deve-se destacar a preocupação pedagógica e didática para o estabelecimento do modo de ensinar a língua portuguesa em terras brasileiras.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS: DES-IGUALDADES GRAMATICAIS E PERTENÇA IDENTITÁRIA**

O período em análise neste trabalho, o momento posterior à Independência e anterior à Proclamação da República brasileira, representado pelas obras *Grammatica Portugueza Elementar*, do português A. Epiphanyo da Silva Dias (1884), e *Grammatica Portugueza, acomodada aos principios geraes da palavra seguidos de immediata applicação pratica*, do brasileiro Francisco Sotero dos Reis (1866), pode ser considerado de busca por uma identidade nacional nos dois países. Em Portugal, devido à necessidade de se autoafirmar por causa da ruptura com a colônia brasileira, enquanto, no Brasil, pela obrigação de se firmar como nação independente e, inclusive, de marcar na gramática as suas diferenças linguísticas e gramaticais.

Embora os dois países necessitem mostrar o seu fortalecimento em relação à língua e à gramática, a forma de organizar as obras pode contribuir para a compreensão das diferenças. Dias (1884) promove uma estrutura prescritiva, enquanto Reis (1866) prefere uma estrutura descritiva, inclusive com exemplos notadamente brasileiros.

Comum às duas obras é a introdução do que Boléo (apud GONÇALVES, 2011) considerou como “gramática prática científica”. Assim, a gramática, especialmente a voltada para o ensino, passa a ser elemento central para a “construção e representação dessa unidade e dessa identidade (Língua/Nação/Estado)” (ORLANDI, 2000).

Nota-se que, embora com configurações estruturais diferentes, os dois gramáticos demonstram influência tanto da tradição greco-latina quanto da corrente científica, em virtude do momento de transição política, das mudanças linguísticas e da instauração de uma preocupação didática nas gramáticas.

Todas essas questões marcam a necessidade de registrar as desigualdades entre os dois países de forma a fortalecer a língua e o seu ensino em cada um, porém de igualdade em relação à postura adotada pelos gramáticos para a consolidação da política linguística específica nacional: a apresentação de gramáticas com exemplos das particularidades linguísticas de cada país e de modelos destinados ao ensino.

Assim, a instrumentalização tecnológico-linguística das gramáticas práticas representa o movimento para a pertença identitária da segunda metade do século XIX.

**IDENTITY IN TEACHING PORTUGUESE LANGUAGE IN PORTUGAL AND BRAZIL IN XIX CENTURY**

**Abstract:** This paper analyzes the importance of introducing practical grammars for Portuguese language teaching in the second half of the nineteenth century. There are large changes in the word and Brazil that are transforming Brazilian society. The *corpora is Grammatica Portuguesa Elementar* (DIAS, 1884), and *Grammatica Portuguesa, acomodada aos principios geraes da palavra seguidos de immediata applicação pratica* (REIS, 1866). The point is to verify if there is an identity of the Portuguese and Brazilian education.

**Keywords:** Identity. Grammar. Education.

**REFERÊNCIAS**

ALVES, L. A. M. O ensino na segunda metade do século XIX. *Revista da Faculdade de Letras*, Porto, v. 2, p. 53-92, 2011.

BARROS, J. *Grammatica da lingua portuguesa*. Olyssipone: Lodouicum Rotorigiu[m], Typographum, 1540.

BASTOS, N. B.; CASAGRANDE, N. S. A lusofonia e uma concepção de política linguística. In: BASTOS, N. B. (Org.). *Língua Portuguesa: cultura e identidade nacional*. São Paulo: IP-PUC/SP, Educ, 2010. p. 89-96.

CALVET, L.-J. *As políticas linguísticas*. Tradução Isabel de Oliveira Duarte, Jonas Tenfen e Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, Ipol, 2007.

CLARE, N. A. V. Ensino de língua portuguesa: uma visão histórica. *Revista Idioma*, Rio de Janeiro, v. XXII, n. 23, p. 7-24, 2003.

DIAS, A. E. S. *Grammatica Portuguesa Elementar*. 6. ed. rev. Lisboa: Livraria Escolar, 1884.

FACCINA, R. L. S. Políticas lingüísticas e ensino de língua portuguesa: da República Velha à constituição de 1934. *Margem*, São Paulo, v. 1, p. 94-112, 2006. Disponível em: <[http://www.mackenzie.br/fileadmin/Pos\\_Graduacao/Doutorado/Letras/Publicacoes/Artigo\\_RoseFaccina\\_PoliticasLinguisticaseEnsinoLP.pdf](http://www.mackenzie.br/fileadmin/Pos_Graduacao/Doutorado/Letras/Publicacoes/Artigo_RoseFaccina_PoliticasLinguisticaseEnsinoLP.pdf)>. Acesso em: 21 nov. 2015.

GONÇALVES, M. F. Gramáticas do Português na transição do século XIX para o século XX: a “gramática científica”. In: CONGRESO INTERNACIONAL DE LA ALFAL, 16., 2011, Alcalá de Henares. *Actas...* Alcalá de Henares: Universidade Alcalá de Henares, 2011. p. 2571-2579. Disponível em: <<http://alfal2011.mundoalfal.org/#/pdf/290alfal.pdf>>. Acesso em: 5 dez. 2015.

GUIMARÃES, E. A Língua Portuguesa no Brasil. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 57, n. 2, p. 24-28, abr./jun. 2005.

IÓRIO, P. S. L. Di.; NOGUEIRA, S. M.; ALMEIDA, M. E. O ensino de língua portuguesa e a admissão ao ginásio: a proposta de Aida Costa. In: BASTOS, N. B.; PALMA, D. V. *História entrelaçada 5: estudos sobre a linguagem em materiais didáticos – década de 1950*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

KÖERNER, K. Questões que persistem em Historiografia Lingüística. Tradução Cristina Altman. *ANPOLL. Revista da Associação Nacional de Pós-graduação em*

*Letras e Lingüística*, n. 2, p. 45-70, 1996. Original em inglês: "Persistent Issues in Linguistic Historiography". *Professing Linguistic Historiography*. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins, 1995.

ORLANDI, E. L. P. O estado, a gramática, a autoria: língua e conhecimento lingüístico. *Línguas e Instrumentos Lingüísticos*, Campinas, v. 4-5, 2000. Disponível em: <[http://www.unicamp.br/iel/hil/publica/relatos\\_04.html](http://www.unicamp.br/iel/hil/publica/relatos_04.html)>. Acesso em: 21 nov. 2015.

REIS, F. S. dos. *Grammatica portugueza accommodada aos principios geraes da palavra seguidos de immediata applicação pratica*. São Luís: Typ. de B. de Mattos, 1866.

SWIGGERS, P. Historie de et Historiographie de l'enseignement du Francais: modèles, objects et analyses. *Études de Linguistique Appliquée*, n. 78, 1990.

VIDIGAL, L. Leitura e manuais escolares em Portugal na 1ª metade do século XX. *Intercompreensão – Revista de Didáctica das Línguas*, Santarém, n. 4, p. 64-85, 1994.

Recebido em dezembro de 2015.

Aprovado em maio de 2016.